

Sarney prega o caos, diz parlamentar

O recado do presidente da República, transmitido no começo da semana, por seu porta-voz, segundo o qual o Brasil marchará para a instabilidade institucional, se a inflação voltar a subir, foi objeto de análises cuidadosas no Congresso e quase todas chegaram à conclusão de que o chefe do Governo está jogando no caos.

Por sinal, parlamentares do PDS, entre os quais o próprio líder do partido no Senado, Jarbas Pasarinho (PA), consideram que a declaração do Presidente, feita de maneira formal, deve ter causado alarma em setores sensíveis — como os da produção — nos planos interno e internacional.

“Não acredito muito nessa hipótese” — retrucou o ex-líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS) — “porque o governo do presidente Sarney não tem a mínima credibilidade perante a opinião pública”.

Para Chiarelli, “se outro fosse o presidente da República, o Brasil estaria, hoje, absolutamente inquieto e não é isso que está acontecendo”.

Dúvida

Na realidade, porém, a fala de Sarney — divulgada através de seu porta-voz — coincide com outros acontecimentos julgados estranhos, em termos políticos e institucionais.

Primeiro, ao regressar do período de descanso da Semana Santa, no Rio, o presidente Sarney disse, em Brasília, “não acreditar nas cifras oficiais da inflação de 6,5% em março. “Com isso, pôs em dúvida as pesquisas governamentais, tanto mais que prometeu reexaminar os critérios de fixação da taxa inflacionária mensal.

O Superior Tribunal Militar, por sua vez, nega-se a cumprir decisão do Senado, que possibilitou ao presidente da República a indicação do nome do ex-ministro da Administração Aluizio Alves, para ministro daquela corte. Quase ao mesmo tempo — conforme relatou o senador João Menezes (PFL/PA) — o Supremo Tribunal Federal deveria, nos termos da Constituição, indicar os nomes de três ministros para cada uma das sete vagas da Justiça Federal, mas indicou somente nove nomes, em vez de 21.

Na Câmara dos Deputados, o ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, falando perante a Comissão de Fiscalização daquela casa, considerou plenamente justificada a desapropriação de uma sede do IBC, no Rio, para ser oferecida à Justiça Federal. Por lei, no entanto, como esse imóvel fora adquirido graças às cotas de contribuição dos produtores e exportadores de café, uma vez desapropriada a sede do IBC, o valor da desapropriação deveria ser devolvido à cafeicultura, para programas de melhoria do café brasileiro.

Por fim, no plano institucional, começa a causar estranheza, no Congresso, a posição das autoridades militares em relação aos movimentos ecológicos de defesa da Amazônia. A esse conjunto de fatos se somam, na opinião dos congressistas, outras circunstâncias preocupantes, como a última greve geral de protesto contra o confisco salarial, a ocupação da Mannesmann pelos operários grevistas, o estímulo concedido por autoridades municipais às paralisações.

A conclusão a que a maioria dos congressistas chega é a de que o Governo — em meio à desordem legal — está jogando com a ameaça de descontrole da inflação, para influir, a seu modo, no processo da sucessão presidencial. Uma área do Congresso, no entanto, menos pessimista, acha que o presidente da República está agindo desse modo, extremamente perigoso, na tentativa de influir no ânimo dos credores internacionais do Brasil, para que eles concordem com a idéia de reformular sua política de cobrança das dívidas nacionais no exterior.

30 MAR 1989

JORNAL DE BRASÍLIA